



OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva. **Estratégias de modernização do Brasil: uma leitura de *A família Medeiros* (1892), de Júlia Lopes de Almeida.** *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 9, Julho 2011. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]

ESTRATÉGIAS DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL: UMA LEITURA DE A FAMÍLIA MEDEIROS (1892), DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

Luiz Henrique Silva de Oliveira*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar duas estratégias de modernização do Brasil encenadas no romance *A família Medeiros* (1892), de Júlia Lopes de Almeida. Para tanto, serão levados em conta dois aspectos, reiterados ao longo da narrativa: a representação da queda paulatina da ordem escravocrata e a defesa da utilização da mão de obra assalariada, o que resulta na conseqüente proposta de inserção social do recém-liberto. O primeiro aspecto será conduzido pela análise das trajetórias de duas personagens: o Comendador Medeiros e seu filho, Otávio. O segundo levará em consideração o sucesso da “fazenda modelo” de Eva, sobrinha do Comendador, em contraponto à sua propriedade escravista.

PALAVRAS-CHAVE: modernização, A família Medeiros, Júlia Lopes de Almeida.

ABSTRACT

This study analyzes two strategies of modernization in Brazil staged in the novel *A família Medeiros* (1892), by Julia Lopes de Almeida. For that, it will be taken into account two aspects, repeated throughout the narrative: the representation of the gradual decline of the order of slavery and the defense of the use of manpower employed, resulting in the consequent proposal for social integration of the newly freed. The first aspect will be guided by the analysis of the trajectories of two characters: the “Comendador” Medeiros, and his son, Otávio. The second part will consider the success of Eva’s “model farm”, niece of the “Comendador”, in counterpoint of his slave ownership.

KEYWORDS: modernization, A família Medeiros, Júlia Lopes de Almeida.

* henriqueletras@yahoo.com.br

Doutorando em Literatura Comparada pela UFMG. Técnico de Nível Superior (Literatura) da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

Júlia Lopes de Almeida publica *A família Medeiros* em 1892. Os debates acerca dos percursos e dos destinos do Brasil nutriam aquele momento. Grosso modo, de um lado, estavam os saudosistas do Império e, de outro, os partidários da República. Não menos importantes, vários dos projetos de modernização do país eram discutidos no âmbito político. Célia Maria Marinho de Azevedo (1987), por exemplo, analisa a efervescência dos debates ocorridos na Câmara dos Deputados. Em relevo estavam as diretrizes sociais e econômicas para o fim de século. Sem dúvida, na Câmara se faziam presentes os projetos estratégicos para o Brasil. Os escravocratas defendiam a volta do rei e a manutenção da mão de obra compulsória. Não raro, a falta de programas de subsistência ao recém-liberto colocava-o na condição de agregado, o que desembocou na “sociedade do favor” e na “cordialidade”, conforme analisa Sérgio Buarque de Holanda (1936). Os abolicionistas e republicanos defendiam a utilização da força de trabalho assalariada, é verdade. Porém, os dois grupos coincidiam em um aspecto: a defesa do trabalhador imigrante, de origem européia, devido a sua melhor adaptação às particularidades agrárias. Para os d’além mar, muitas das vezes terras e incentivos. Para os de pele escura daqui, a Lei da Vadiagem e os confinamentos nas favelas.

Mais alinhada com os princípios democráticos e republicanos, porém não em acordo com todos eles, Júlia Lopes de Almeida encena, sobretudo no romance em questão, a paulatina queda da ordem escravocrata. No romance, enterrar o patriarcado escravocrata significa modernizar o Brasil, ou seja, abrir as portas para a instalação da República, para a implantação da mão de obra assalariada e para um país calcado nos princípios da razão, da justiça e do direito. Nesses termos, nota-se no livro a passagem do autoritário Comendador Medeiros, cuja vontade dirige todo o destino da família, a Otávio, um trapalhão, sem o menor traquejo para o mando senhorial. Vale ressaltar que a autora se coloca bem à frente de seu tempo ao defender também uma espécie de “reforma agrária” *avant la lettre*, como veremos adiante através da análise da fazenda modelo Manguairal.

Para falarmos do Comendador, podemos começar por uma cena sintomática. Nela percebemos o desejo de soberania do patriarcado. Noêmia não queria se casar com o filho do Coronel Cerqueira Franco. Era apaixonada por Paulo, irmão de Eva. Noêmia fica contente com a intervenção de Otávio, seu irmão, junto a seu pai, a fim de que ela não se casasse por puro capricho e interesse do chefe da família. Porém, a cena não deixa dúvidas do elemento movediço da sociedade patriarcal: o desejo paterno.

A família do Comendador Medeiros aceitava, sem discussão e sem abalo, todas as resoluções do seu chefe. A notícia da partida da mestra [Sra Grüber] foi recebida sem alarma. Nicota, em véspera do casamento, sem parecer preocupada, absolutamente, continuava na mesma frieza e concentração, tratando com cuidado de sua

quase extinta dor de ouvidos. Noêmia regozijou-se e entristeceu-se a um tempo. [...] A mãe trabalhava, fazia doces desde manhã até à noite, para o noivado da filha, deliberava costuras, examinava com escrupulo o enxoval, recomendando zelo, muito zelo, às lavadeiras e engomadeiras, que lidavam sem descanso. A sua opinião nunca fora ouvida nem pedida em assuntos de outra importância (Almeida, 2009, p. 145).

O texto faz questão de desnudar o ambiente de paulatina queda da autoridade senhorial, apontando os diversos movimentos contestatórios à época. Esse contexto é refletido na fala do Comendador, que se mostra irritado e, ao mesmo tempo, assustado diante da indefinição quanto ao futuro. Na verdade, Medeiros já percebe que a “vontade do pai” por si só já não é capaz de garantir o *status quo* como fora anos antes, quando ele decidia toda a sua sorte e de sua família:

-- A vida agora no Brasil é um inferno. Em São Paulo, um tal Luiz Gama e outro tal Antônio Bento especulam com os pobres dos lavradores, tirando-lhes os escravos. Os jornalistas do Rio são a mesma corja. Eles acoitam os pretos fugidos para os alugarem por sua conta e irem fazer conferências públicas nos teatros, pregando a emancipação! É por isso que a gente os chama de “pescadores de águas turvas”. José do Patrocínio é o chefe dessa bandalheira, que, se o país tivesse governo, já teria acabado. É por isso mesmo que muitos liberais e muitos conservadores estão se passando para o partido republicano... (2009, p. 47).

O romance denuncia o auge das tentativas do Comendador Medeiros de manter o poder senhorial. O patriarca privatiza o público, pois corrompe um aparelho repressivo do Estado, a Polícia. Aqui, a cordialidade e o favor, a que se refere Sérgio Buarque de Holanda, são as tônicas de uma sociedade baseada na autoridade, na repressão e no mando. A fim de investigar que havia atirado em Otávio, após uma revolta dos cativos na fazenda Santa Genoveva, Medeiros oferece almoço e outras regalias ao delegado, o qual, por sua vez, se coloca em pronto atendimento ao seu “benfeitor”.

Medeiros indagou depois, em particular, se iriam proceder, ao interrogatório dos escravos.

-- Por ora não, respondeu o delegado; mas há de dar-me os nomes das testemunhas do fato, para a seu tempo serem chamadas a juízo, na Casa da Câmara.

Aceitando o almoço, em que os pratos paulistas se sucediam abundantemente, o delegado inquiria, pela segunda vez, o feitor, de todo o sucedido.

O fazendeiro, voltando-se para a esposa, recomendou-lhe:

-- Olha, manda servir a ordenança aqui do sr. Delegado... (p. 226).

O texto ainda aponta outro momento de privatização do público: “Depois do almoço as autoridades policiais partiram, debaixo de um sol ardente. Na caixa do trole mandou a dona da casa pôr uma cesta de ameixas, para as filhas do sr. Delegado” (p. 229).

Essa estratégia de misturar os interesses privados com as atribuições fundamentais do Estado perdurou e perdura até hoje. Ao menos no romance de Júlia Lopes de Almeida, o herdeiro dessa prática, Otávio, não leva o menor jeito para o mando senhorial. Antes, como pretendemos mostrar, é um personagem quase sem desejos. Menos ainda ele possui objetivos de vida claros.

Filho do Comendador Medeiros, Otávio desempenha um papel no texto à moda de Brás Cubas. A narrativa não detalha sua infância e adolescência, pois já se inicia com sua chegada ao Brasil, logo após se formar em engenharia na Europa. Ao desembarcar, Otávio parece querer aportar de surpresa à casa de sua família e procura notícia dos seus com o Dr. Morton, norte-americano radicado em nosso país e velho amigo dos Medeiros. Em cena que praticamente abre o romance, podemos perceber as severas críticas travadas por Morton contra o “eterno balanço de ideia para ideia, sem se fixar em nenhuma”, característica típica de Otávio, ao mesmo tempo em que também tece críticas aos direcionamentos políticos do país. A fala de Otávio soa como prólogo a sua autocrítica desenvolvida ao longo de toda a narrativa e mote à sua trajetória de distanciamento diante dos acontecimentos.

-- Engana-se, meu amigo. E creia que em poucas terras do mundo se estuda tão bem como em França, embora o meu amigo Edward, um sábio, velho viajante e ávido observador, costumasse dizer: “Na Inglaterra trabalham, na Itália sonham, em França riem, na Rússia conspiram, na Espanha falam e na Alemanha estudam...”

-- E, deveria acrescentar, no Brasil dormem (p. 33).

Em verdade, Morton já adianta nessa cena o vazio que significaram os estudos de Otávio na Europa. Por outro lado, a fala do jovem deixa entrever que o país dorme tanto no sentido de não acompanhar as tendências libertadoras do mundo ocidental “civilizado”, quanto por não perceber que, muitas das vezes, enviar os filhos do patriarcado para as escolas no Velho Mundo não é garantia do tão

esperado fruto, qual seja a continuidade da “vontade do pai”. Não menos importante, é possível entender aqui a primeira autocrítica de Otávio e o primeiro piparote no patriarcado escravocrata.

Perceba-se, por exemplo, a volatilidade de caráter de Otávio ao chegar ao Brasil. Nesse momento, o texto adianta um traço da personalidade do moço, o qual será determinante para os rumos do enredo: a passividade. Esta, por sua vez, é responsável por colocar Otávio num lugar de total imobilidade diante dos acontecimentos e também por fazê-lo aceitar a submissão às regras estabelecidas pela vontade paterna. Mesmo quando esboça rebeldia, geralmente não leva o ato ao fim e ao cabo. Vejamos um exemplo que ilustra o vazio de posicionamento político de Otávio, mesmo após os dez anos passados em Europa e em contato com as teorias Iluminista e Abolicionista.

-- Mas, diga-me antes, com que ideias veio?

-- Se quer que lhe fale com franqueza, ainda não sei...

O Dr. Morton arregalou os olhos, mas logo disfarçou o espanto na placidez de um bom sorriso.

-- Seu pai deve ter pensado nisso.

-- Não. Meu pai não pensou. Eu venho resolvido a trabalhar, somente não sei ainda como nem onde. Está claro que não poderei ficar na fazenda, nem talvez mesmo aqui. Por enquanto, confesso, não tenho grande confiança em mim...

-- Ora essa, por quê?

-- Porque vivo num eterno balanço de ideia para ideia, sem me fixar em nenhuma. Chego mesmo a rezear ter perdido tempo na Europa, há de crer? (p. 33).

Os anos de estudos talvez em vão – como se verá também na última página do romance – servem ao menos para que a personagem esboce seu posicionamento volátil, porém, como não poderia deixar de ser, passivo e distante. São essas duas características justamente as que acompanham o personagem, levando-o até ao ridículo, de modo que fique evidente a não-qualificação do moço para a continuidade do mando de seu pai. É novamente a cena inicial do diálogo entre Otávio e Morton que ilustra nosso argumento. O prisma *yankee* de Morton faz com que ele perceba o Brasil como “democracia racial” e “paraíso perdido” nos trópicos, embora, paradoxalmente, reconheça e lute pela urgente abolição da escravatura, uma vez que a narrativa acontece na década de 1880. Já seu interlocutor, mais uma vez resignado e distante, apenas lhe responde com evasivas e questionável interesse pelos problemas do Brasil.

-- [...] Há uma única coisa que me repugna e entristece aqui. Escuso-me de lhe dizer qual seja, o meu amigo adivinha-a, mas essa mesma extinguir-se-á em breve, porque, Otávio, agora o Brasil não dorme, trabalha.

-- Tenho acompanhado com júbilo o movimento abolicionista do Brasil; procurei avidamente nas correspondências dos jornais, sempre, tudo o que se referia a essa grande obra; contudo, de tão longe, não se pode fazer ideia perfeita das coisas que os jornais exageram e as traduções adulteram (p. 35, grifos nossos).

Essa passividade de Otávio com relação aos problemas que o cercavam também pode ser vista na cena em que ele chega à fazenda de seu pai e recebe notícias dos pretos que dele cuidaram na infância. A expressão “de tão longe” aqui se refere tanto ao afastamento geográfico da personagem quanto à sua passividade diante dos problemas que o cercam, característica de Otávio e que a narrativa faz questão de encenar de maneira que, como dissemos, anteriormente, delinear uma trajetória decrescente para o moço:

--A gente já imaginava que mecê não haverá de vorta...

--De que morreu o Teodoro grande?

--Foi obra de feitiçaria, sim sinhô.

--E sua mãe?

--Essa tá com aíva da cegueira, já não veve aqui não sinhô... Sinhô grande vendeu ela pra seu Antunes...

--Ah...

--Barganhou ela com uma pareia de besta... (p. 76).

A interjeição “Ah...” é sintomática do pouco interesse e apatia, os quais não se poderiam esperar de um herdeiro da sociedade patriarcal. Nesse sentido, o texto parece querer reiterar que a firmeza de caráter, tão presente no Comendador Medeiros (e necessária para a continuidade do escravismo), falta a Otávio, de modo que as bases do patriarcado estejam sendo continuamente minadas pela ausência de habilidades/qualidades que um herdeiro deveria possuir.

Nesse ponto, já podemos perceber que Otávio simboliza a melancólica derrocada da lógica patriarcal, uma vez que ele não consegue sustentar “com pulso firme” os ideologemas das antigas famílias. Nem assumidamente escravocrata, nem assumidamente abolicionista é Otávio, cada vez mais se aproximando do herói trágico. Este, conforme aponta Flávio Kothe,

aos poucos vai descobrindo o quanto ele está no charco. Ele descobre a mão de ferro do poder, do destino, da história: descobre que o seu agir foi errado; descobre que não devia ter feito tudo o que fez; descobre que é o mais fraco na correlação de forças, embora aparente ser o mais forte, ou ainda que ele redescobre a sua grandeza, não significando isto, porém, que ele necessariamente deixe de morrer ou que venha a recuperar o poder perdido (1987, p. 26).

“Num eterno balanço de ideia para ideia”, como dissemos, segue o errante Otávio, dessa vez tentando convencer seu pai de que o modelo de produção adotado por Eva, sua prima, no Manguueiral, era o mais indicado ao país, conforme podemos entrever no trecho em discurso indireto livre. Na correlação de forças verbais, a fala do pai assusta, domina, apaga o desejo do filho, que não consegue impor. Nessa cena, Otávio tenta relatar a seu pai as conquistas da fazenda modelo de Eva, sem, contudo, obter êxito, até que desiste, definitivamente, de fazer também de Santa Genoveva uma alternativa ao modelo de produção escravista.

Otávio lutava, procurava convencer o pai da inocência da prima e da pureza de suas intenções; descrevia o que vira [no Manguueiral], com entusiasmo; exaltava o sistema seguido no Manguueiral e punha em evidência o critério administrativo de Paulo. O fazendeiro impacientava-se. Não havia nada como a lavoura dos escravos. Se o Gabriel [pai de Eva] fazia num ano vinte contos, eu fazia cem, ora aí está! E não me importo com isso! Cada qual quebra a cabeça a sua vontade! (p. 135).

Em cena reveladora da “falta de jeito” de Otávio para o mando, o narrador parece zombar de todas as trapalhadas daquele que pretendia herdar o poder social do Comendador. Nem seu instrumento de trabalho e *status*, o cavalo, ele consegue domar. Aqui, Otávio chega ao subsolo de sua trajetória, beira o “charco” a que se referia Flávio Kothe:

Desesperado, farto de chicotear e jogar as rédeas, Otávio praguejou e, com um movimento rude, fincou-lhe os calcanhares nas ilhargas; o cavalo continuou firme, o moço então apeou-se, tentou, puxando-lhe pelo freio, mudar-lhe de posição. [...] O cavalo escouceava, firmava-se ora nas patas traseiras, ora nas dianteiras, abaixava e levantava a cabeça, mostrando os grandes dentes [...] Vendo-se abandonado, o cavalo deu rapidamente meia volta, armou um salto,

transpôs o valo que delimitava a fazenda do Córrego, e perdeu-se a galope, na escuridão do cafezal.

--Vai com o diabo! Gritou-lhe o dono enraivecido. Que fazer? Caminhar atrás do animal? Tolice (p. 169).

O texto parece querer reiterar o charco de Otávio. Até mesmo o papagaio de Noêmia cumpre a função de “repetir a verdade” ao moço:

Otávio refletia desse modo, quando Noêmia entrou, trazendo, muito influída, um papagaio, a que já ensinara a dizer a palavra – tolo!

-- Quer ver, Otávio? O meu papagaio já sabe dizer mais uma palavra! Diga, meu louro: “tolo!”

E o papagaio, inflando o pescoço, repetiu com voz gutural e embrulhada: “tolo!” (p. 255).

Essas trapalhadas todas talvez expliquem o motivo por que Eva tenha desistido do amor de Otávio. Embora por ele tenha nutrido simpatia inicial, foi perdendo interesse à medida que ele não conseguia ser mais do que um ser risível, trapalhão, passivo e pendular. Tanto que o tiro de misericórdia é dado por Otávio. Este matou a vontade do pai, ao dizer, metaforicamente, que o antigo sistema de produção não lhe é possível.

-- Não há profissão mais bela do que a do lavrador, dizia Otávio ao pai, quando ele consegue fazer do canto em que vive um paraíso como este! Cavar a terra brutalmente, sem tirar dela senão o lucro material, é um egoísmo torpe. Lamento ter fugido do meio em que nasci; com a educação de Paulo, talvez, que também tivesse feito de Santa Genoveva uma coisa assim...

O comendador olhou com estranheza para o filho, e, com um suspiro em que transpirava ainda a saudade dos seus escravos, murmurou:

-- Que remédio terei eu agora senão transformar tudo aquilo... (p. 478).

O desfecho do livro aponta a saída à francesa de Otávio. Após não ter a menor chance de conquistar Eva, além de ver a fazenda do pai arruinada por causa de uma fuga em massa dos escravos, o

personagem prefere viver na cidade. Essa “fuga” metaforiza outro golpe de misericórdia no patriarcado e a fundação de uma nova ordem, agora assalariada, republicana e liberal.

Poucos dias passados, Otávio batia à janela do Dr. Morton. O velho lia, segundo o seu costume, em voz alta, um livro de ciência.

-- Que é isso?! Está de viagem! – exclamou, vendo o moço de guarda-pó e bolsa a tiracolo.

-- É verdade! Vou viver na capital.

-- Segue para São Paulo?

-- Sim, senhor; e venho despedir-me e agradecer-lhe...

[...]

-- Adeus, Otávio; boa viagem! (p. 488).

A desgraça a que me refiro aqui é duro aprendizado da condição humana, transcendendo a doutrinação que lhe é inerente. À medida que a expiação da culpa originária aponta para uma solução do conflito trágico, leva também a uma reconciliação interior de Otávio consigo mesmo.

Assim, Otávio, mesmo tendo estudado na Europa e em contato com a vanguarda do pensamento filosófico, não consegue pôr em prática o que aprendeu, tampouco consegue lutar pelo amor de Eva, menos ainda praticar com desenvoltura as estratégias de afirmação e mando aplicadas pelo pai. Que dirá lutar em favor dos oprimidos! Não consegue, por fim, adotar uma postura firme diante da vida. Um parasita social, portanto, que sai de cena como entrou: repentinamente. Em xeque, no livro, a impossibilidade de o patriarcado escravista perdurar no Brasil, visto a não fixação de Otávio a ideia alguma. Modernizar o Brasil, nessa medida, significa enterrar de vez o patriarcado e qualquer possibilidade que o faça ressurgir, a fim de que o país encontre rumos condizentes com a modernidade.

Esse enterro paulatino do patriarcado escravocrata, necessário para a modernização, na visão do romance, é suplementado pelas propostas inovadoras implantadas por Eva, prima de Otávio, na “fazenda modelo” Mangueiral. Lá, repudia-se o autoritarismo, a espoliação do ser humano, defende-se a dignidade, repartem-se as terras, as sementes e os lucros (reforma agrária *avant la lettre*), defende-se a qualidade de vida, da alimentação, a paz, tudo isso amparado pelo sistema de trabalho assalariado, o qual, na visão do romance, promove a equidade social.

A fim de comparação, vejamos duas descrições: a primeira referente à fazenda Santa Genoveva, de base escravocrata, e a segunda referente ao Mangueiral, movida à mão de obra assalariada.

Quando [Eva e Otávio] chegaram a Santa Genoveva eram aves-marias, caíam as sombras e perdiam-se no ar as vibrações do sino chamando os escravos para revista. No fundo esfumado do céu, destacava-se o batalhão de negros suados, doridos de cansaço, com um feixe de lenha e a enxada no ombro. Alinhavam-se em frente à casa do senhor. E ao aproximarem-se, Otávio e as amazonas ouviram, como um sussurro de onda triste, o “Sum Cristo!” murmurado ao mesmo tempo por cem vozes, e o baque da lenha caindo como um fardo no chão... (p. 130).

O próprio ritmo da narrativa sugere o ambiente pesado e tenso da fazenda. O modelo quase militar de organização, o qual coloca no cativo um olhar de suspeição e, ao mesmo tempo, obriga-o à submissão, é a tônica do ambiente opressor. Na outra ponta, eis a proposta do Manguelral:

como se destacava de todas elas o Manguelral, onde os *trabalhadores* eram livres, a cultura feita sem a rega das lágrimas, as habitações dos colonos eram claras, arejadas e limpas, a casa da proprietária atufada em verduras, cobertas de perfumes e de sombras doces! Seria menos rendosa, talvez, mas era com certeza muito mais agradável. *Era a fazenda futura, salientando-se entre todas as outras, rotineiras e estúpidas*. Tinha, como poucas, abundância de frutas, de hortaliças e de água, e, sobretudo, muita paz e muito contentamento (p. 298, grifos nossos).

Colocadas lado a lado, percebe-se a preferência do autor implícito pela segunda, louvada durante toda a narrativa. Não menos importante, o Manguelral, contendo vida própria e dinamismo maior do que muitos seres humanos, como Otávio, por exemplo, adquire movimento ascendente, enquanto Santa Genoveva entra em queda livre.

O próprio olhar dos vizinhos demonstra certa inveja despertada pela “fazenda modelo”. Bem ou mal, ela se transforma em referência de modernização para a população e se faz presente em quase todas as rodas de conversas da região. Motivo de soberba para uns, de capricho para outros, menção de incontinência administrativa para muitos, quiproquó futurista para diversos, o fato é que o modelo implantado por Eva conjuga o trabalho e a dignidade humana, ao promover a igualdade entre todos os pertencentes àquele espaço. Lá, todos são *trabalhadores* e, como tais, na visão da proprietária, fazem jus a uma vida digna e equitativa. No fundo, o debate proposto pelo livro é de ordem política, uma vez que apresenta rumos alternativos para a conformação do país. Nessa medida, a fazenda

Era discutida pelos vizinhos, uns carranças que a lamentavam, censurando-lhe a administração; afirmavam que daria o triplo se a soubesse dirigir; faltava-lhe o elemento principal: o escravo, que trabalha indubitavelmente mais que o branco, quando debaixo do respeito de um feitor severo; faltava-lhe economia, rotina, e sobejavam-lhe os seus ramos de rosas modernas, as suas árvores frutíferas e ornamentais, o conforto do lar bem adornado, à “moda da cidade”, a hortaliça e o leite que distribuía à farta pelos trabalhadores; todas as regalias, enfim, que permitem forçosamente propriedades dessa ordem. No entanto, o Manguelral continuava a enfeitar-se e a prodigalizar vantagens aos seus empregados (pp. 298-9).

Decerto, a abundância existente no Manguelral era antes de valores humanos do que de bens materiais. Essa parece ser a vocação da fazenda de Eva e também do livro de Júlia Lopes de Almeida. Segundo o narrador, a “fazenda modelo” condensa valores inequívocos para um país verdadeiramente democrático e republicano, assim como se desenhava à época. Nesse ponto, o Manguelral, símbolo da modernização do Brasil proposta pelo romance, chega ao seu ápice durante a narrativa.

As grandes propriedades comparadas com o Manguelral faziam-no sorrir; nelas, as fortunas cumuladas, safras enormes, mas extrema miséria nos degradantes quadros da escravidão; no Manguelral a mediana farta, o bem-estar espalhado desde a habitação principal até à ínfima; *em tudo o direito, a razão, a justiça* (p. 299, grifos nossos).

Com base nos argumentos acima, não seria demasiado concluir que Santa Genoveva estaria no mesmo eixo de Otávio e do Comendador Medeiros, metonímias da ordem escravocrata e passadista a ser enterrada pelo romance, assim como o Manguelral estaria no mesmo eixo de Eva, como figuração do futuro e da modernização do Brasil. Seguem, pois, resumidas essas informações no diagrama abaixo:

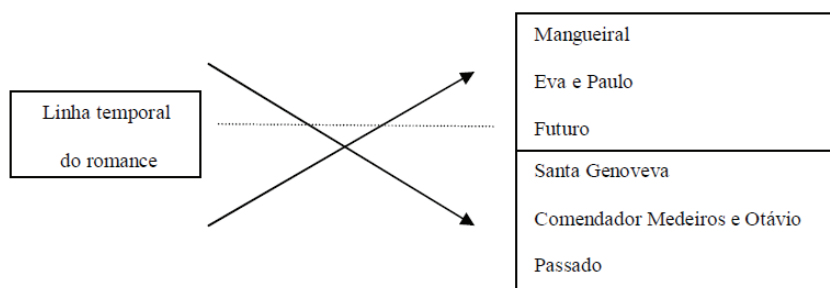


Gráfico: esquema de modernização defendido pelo romance.

Artigo recebido: 03/02/2011

Artigo aceito: 15/07/2011

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família Medeiros*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: 1936.

KOTHE, Flávio R. *O herói*. 2ª ed. São Paulo. Ática: 1987.